MOORE STEPHENS

RTA-320-2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 e de 2014 e o Relatório dos Auditores Independentes

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 e o Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras 2
Demonstrações financeiras
Balanços patrimoniais 4
Demonstrações do resultado 5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 6
Demonstrações dos fluxos de caixa 7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 8
1 Contexto operacional 8
2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis ... 9
3 Composição do caixa e equivalentes de caixa 14
4 Títulos e valores mobiliários 14
5 Relações interfinanceiras 15
6 Operações de crédito 16
7 Outros créditos 19
8 Investimentos 20
9 Imobilizado de uso 20
10 Intangível 21
11 Depósitos 22
12 Obrigações por empréstimos e repasses 24
13 Outras obrigações 25
14 Patrimônio líquido 27
15 Outros dispêndios administrativos 30
16 Outros dispêndios operacionais 30
17 Outros ingressos operacionais 31
18 Coobrigações e riscos em garantias prestadas 31
19 Seguros contratados 31
20 Instrumentos financeiros 32
21 Partes relacionadas 33
22 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB São Paulo 34
23 Gerenciamento dos riscos 35

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Av. Presidente Vargas, 2001 - Conj. 136
Ribeirão Preto - SP - 14020-260

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br I www.msbrasil.com.br

Aos Cooperados e Administradores da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – SicoobCrediceripa
Itaí SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ribeirão Preto SP, 17 de julho de 2015.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

As firmas-membro da Moore Stephens no Brasil, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente, são associadas à Moore Stephens International Limited (MSIL), uma rede mundial de empresas de auditoria, consultoria e contabilidade. A MSIL e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes entre si.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em reais

	Nota	2015	2014
Ativo			
Circulante		**172.806.666**	**159.549.722**
Disponibilidades	**3**	1.327.524	1.165.280
Títulos e valores mobiliários	**4**	64.697.958	63.194.793
Relações interfinanceiras	**5**	16.351.579	7.430.253
Operações de crédito	**6**	89.542.868	87.360.833
Outros créditos	**7**	518.440	351.384
Outros valores e bens		368.297	47.179
Não circulante		**32.722.242**	**33.334.087**
Realizável a longo prazo			
Operações de crédito	**6**	22.159.093	24.944.065
Outros créditos	**7**	5.014.121	3.848.214
Investimentos	**8**	2.864.342	1.927.979
Imobilizado de uso	**9**	2.365.141	2.221.594
Intangível	**10**	319.545	392.235
Total do ativo		**205.528.908**	**192.883.809**

	Nota	2015	2014
Passivo			
Circulante		**162.879.087**	**158.706.700**
Depósitos	**11**	117.131.023	118.590.946
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	**12**	5.522.281	-
Relações interfinanceiras		35	-
Obrigações por empréstimos e repasses	**13**	36.188.827	35.586.684
Outras obrigações	**14**	4.036.921	4.529.070
Não circulante		**8.627.097**	**5.597.443**
Exigível a longo prazo			
Obrigações por empréstimos e repasses	**13**	2.925.777	1.851.297
Outras obrigações	**14**	5.701.320	3.746.146
Patrimônio líquido	**15**	**34.022.724**	**28.579.666**
Capital social		20.069.831	16.562.325
Reserva legal		10.494.962	8.872.471
Reserva estatutária		72.322	18.239
Sobras acumuladas		3.385.609	3.126.631
Total do passivo e patrimônio líquido		**205.528.908**	**192.883.809**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em reais

	Nota	2015	2014
Ingressos da intermediação financeira		**18.294.372**	**14.055.392**
Operações de crédito		14.827.351	11.387.493
Ingressos de depósitos intercooperativos	**5**	456.215	372.407
Títulos e valores mobiliários	**4**	3.010.806	2.295.492
Dispêndios da intermediação financeira		**(9.278.603)**	**(7.726.756)**
Operações de captação no mercado	**11(i)**	(5.344.322)	(3.873.589)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(1.246.053)	(649.632)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	**6d**	(2.688.228)	(3.203.535)
Resultado bruto da intermediação financeira		**9.015.769**	**6.328.636**
Dispêndios operacionais		**(5.597.433)**	**(3.156.990)**
Ingressos de prestação de serviços		2.382.827	1.749.634
Dispêndios de pessoal e honorários		(4.714.287)	(3.806.763)
Outros dispêndios administrativos		(3.713.140)	(2.873.745)
Outros dispêndios operacionais	**16**	(280.231)	(333.993)
Outros ingressos operacionais	**17**	727.398	2.107.877
Resultado operacional		**3.418.336**	**3.171.646**
Resultado não operacional		**1.868**	**(18.415)**
Resultado antes da tributação		**3.420.204**	**3.153.231**
Imposto de renda e contribuição social		(34.595)	(26.600)
Sobra líquida do semestre		**3.385.609**	**3.126.631**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014

Em reais

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Sobras acumuladas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**15.570.587**	**8.172.100**	**18.239**	**1.167.286**	**24.928.212**
Incorporação de sobras ao capital	233.457	-	-	(233.457)	-
Incorporação de sobras a reserva legal	-	700.371	-	(700.371)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	(233.458)	(233.458)
Integralizações de capital	1.425.469	-	-	-	1.425.469
Baixas de capital	(667.188)	-	-	-	(667.188)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	3.126.631	3.126.631
Saldos em 30 de junho de 2014	**16.562.325**	**8.872.471**	**18.239**	**3.126.631**	**28.579.666**
Saldos em 1º de janeiro de 2015	**17.532.224**	**10.494.962**	**72.322**	**3.461.313**	**31.560.821**
Incorporação de sobras ao capital	2.769.050	-	-	(2.769.050)	-
Distribuição de sobras	-	-	-	(692.263)	(692.263)
Integralizações de capital	554.639	-	-	-	554.639
Baixas de capital	(786.082)	-	-	-	(786.082)
Sobra líquida do semestre	-	-	-	3.385.609	3.385.609
Saldos em 30 de junho de 2015	**20.069.831**	**10.494.962**	**72.322**	**3.385.609**	**34.022.724**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em reais

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**26.540.704**	**1.860.902**
Sobra ajustada do semestre	4.102.640	4.979.973
Sobra líquida do semestre	3.385.609	3.126.631
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	440.477	1.600.734
Depreciações e amortizações	276.554	252.608
(Aumento) redução nos ativos	7.800.052	(57.895.286)
Títulos e valores mobiliários	(6.656.801)	(19.512.493)
Operações de crédito	15.430.832	(37.703.278)
Outros créditos e outros valores e bens	(973.979)	(679.515)
Aumento nos passivos	14.638.012	54.776.215
Depósitos	14.744.153	33.353.886
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	5.522.281	-
Relações interfinanceiras	35	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.149.671)	19.278.967
Outras obrigações	1.521.214	2.143.362
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(171.764)**	**(522.669)**
Aumento de investimentos	(45.874)	(228.104)
Aquisições de imobilizado de uso	(125.890)	(283.378)
Aumento do intangível	-	(11.187)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(923.706)**	**524.823**
Distribuição de sobras	(692.263)	(233.458)
Utilização de reserva	-	-
Integralizações de capital	554.639	1.425.469
Baixas de capital	(786.082)	(667.188)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**25.445.234**	**1.863.056**

Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	34.642.097	34.180.090
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	60.087.331	36.043.146
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**25.445.234**	**1.863.056**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014
Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaí - Paranapanema - Avaré – Sicoob Crediceripa é uma cooperativa singular de livre admissão de associados, instituição financeira não bancária, sociedade de pessoas, de responsabilidade limitada, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência, que visa à prestação de assistência financeira aos associados em suas atividades específicas. Ainda, visa a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado de crédito. A Crediceripa tem sede em Itaí SP, sendo sua área de ação nos municípios de Águas de Santa Bárbara, Almabarí, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Avaré, Bofete, Boituva, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cerqueira César, Cerquilho, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Fartura, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itaporanga, Itatinga, Laranjal Paulista, Paranapanema, Pardinho, Pereiras, Piedade, Pilar do Sul, Piraju, Porangaba, Porto Feliz, Quadra, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Sorocaba, Taguaí, Taquarituba, Taquarivaí, Tatuí, Tietê e Torre de Pedra, todos no estado de São Paulo.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentado pela Resolução n° 3.859/2010 do Conselho Monetário Nacional (CMN). É filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo (SICOOB São Paulo), acionista minoritário do Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB) e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB).

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

a Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Considera as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a Lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do BACEN, e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN até o momento (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25). São apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e foram aprovadas em 17 de julho de 2015.

b Descrição das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão assim definida.

b.1 Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do semestre.

b.2 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras (centralização financeira) de curto prazo e de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

b.4 Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras

Classificados conforme a intenção da Administração da Cooperativa em mantê-los até o vencimento, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço pelo critério "*pro rata temporis*", não superando o valor de mercado.

b.5 Operações de crédito

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço, observados os índices contratados. Para as operações vencidas há mais de 60 dias, os juros permanecerão em rendas a apropriar, até a liquidação da operação.

Sobre as operações de crédito, a Administração da Cooperativa constituiu provisão para perdas em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, pelo menos em relação ao devedor e seus garantidores (situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, limite de crédito) e, em relação à operação (natureza e finalidade, características das garantias com suficiência de liquidez e valor), conforme determina a Resolução CMN nº 2.682/1.999, que classifica as operações em nove níveis de risco (de AA a H).

b.6 Investimentos

Representados por participações societárias avaliadas ao custo de aquisição.

b.7 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplam a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.8 Intangível

Demonstrado pelo valor dos gastos, que são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.9 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de *impairment*).

b.10 Depósitos à vista, sob aviso e a prazo

Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar; e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

b.11 Obrigações por empréstimos e repasses

São atualizadas pelos encargos contratados proporcionalmente até a data do balanço pelo critério "*pro-rata temporis*".

b.12 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.13 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente pela Administração da Cooperativa quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e outras análises das matérias, for considerado que há risco de perda de

ações judicial ou administrativa, gerando uma possibilidade de saída de recursos no futuro para a liquidação dessas ações e, ainda, quando os montantes envolvidos possam ser mensurados com suficiente segurança. Esse é um julgamento subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, mas que leva em consideração o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, a jurisprudência em questão, a possibilidade de recorrer à instâncias superiores e a experiência histórica. A Administração da Cooperativa revisa periodicamente a situação dos passivos contingentes para fins de provisão ou divulgação.

b.14 Provisões

As provisões são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação no futuro. As provisões são registradas tendo como base a estimativa de risco envolvido.

b.15 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o lucro apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com a legislação tributária e as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, e para a contribuição social - 15%. A sobra apurada em operações realizadas com cooperados é isenta de tributação.

b.16 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores ao encerramento do próximo exercício social estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no não circulante.

b.17 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC e BACEN.

3 Composição do caixa e equivalentes de caixa

Às disponibilidades, os títulos e valores mobiliários livres e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Descrição	2015	2014
Disponibilidades		
Caixa e depósitos bancários	1.327.524	1.165.280
Títulos e valores mobiliários – livres (nota 4)	42.408.228	27.447.613
Relações interfinanceiras (nota 5)	16.351.579	7.430.253
	60.087.331	**36.043.146**

4 Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	Tipo de aplicação	2015	2014
SICOOB São Paulo	RDC Longo Pós CDI - vinculados	22.289.730	35.747.180
SICOOB São Paulo	RDC Longo Pós CDI - livres	42.408.228	27.447.613
		64.697.958	**63.194.793**

Essas aplicações são remuneradas às taxas de 95% e 100% CDI (CETIP). No primeiro semestre de 2015 foram registrados no resultado os rendimentos em receita da intermediação financeira – títulos e valores mobiliários, no montante de R$ 3.006.049 (R$ 2.295.492 em 2014). As operações vinculadas garantem as operações de repasse junto ao BANCOOB.

5 Relações interfinanceiras

Representam os depósitos em centralização financeira do SICOOB São Paulo, determinado no artigo 37 da Resolução CMN 3.859/2010, remunerados em aproximadamente 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). No primeiro semestre de 2015 foram registrados no resultado os rendimentos em ingressos da intermediação financeira – ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R$ 456.215 (R$ 372.407em 2014). Em 30 de junho de 2015, o saldo é de R$ 16.351.579 (R$ 7.430.253 em 2014).

6 Operações de crédito

a Composição por tipo de operação e prazo de vencimento

	2015			2014		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Adiantamento a depositantes	483.742	-	483.742	281.426	-	281.426
Cheque especial e conta garantida	11.306.349	-	11.306.349	10.157.815	-	10.157.815
Empréstimos e títulos descontados	37.884.597	21.538.809	59.423.406	34.949.453	23.883.083	58.832.536
Financiamentos rurais: próprios e repasses	42.716.371	2.724.443	45.440.814	43.129.131	1.956.361	45.085.492
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(2.848.191)	(2.104.159)	(4.952.350)	(1.156.992)	(895.379)	(2.052.371)
	89.542.868	**22.159.093**	**111.701.962**	**87.360.833**	**24.944.065**	**112.304.898**

b Composição por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão %	2015 Vencidas	2015 Vincendas	2015 Total	2014 Vencidas	2014 Vincendas	2014 Total
AA	-	19.019	2.264.345	2.283.364	-	890.625	890.625
A	0,50%	96.815	81.002.783	81.099.598	842.028	100.410.465	101.252.493
B	1%	523.138	19.860.100	20.383.238	244.141	7.200.698	7.444.839
C	3%	656.200	4.993.529	5.649.729	67.268	2.091.067	2.158.335
D	10%	1.411.049	1.346.039	2.757.088	54.885	728.706	783.591
E	30%	307.089	270.660	577.749	17.088	501.961	519.049
F	50%	143.168	115.502	258.670	4.544	165.696	170.240
G	70%	108.996	56.727	165.723	16.579	152.651	169.230
H	100%	2.578.456	900.696	3.479.152	334.450	634.417	968.867
		5.843.931	**110.810.381**	**116.654.311**	**1.580.983**	**112.776.286**	**114.357.269**

c Composição do não circulante por ano de vencimento

	2015	2014
2015	-	4.571.323
2016	5.943.527	11.714.865
2017	12.244.550	7.052.684
2018 a 2020	6.075.175	2.500.572
	24.263.252	**25.839.444**

d Movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

	2015	2014
Saldo inicial	**(4.511.873)**	**(2.333.565)**
Créditos baixados para prejuízo	2.247.752	1.881.928
Constituição da provisão	(2.688.228)	(1.600.734)
Saldo final	**(4.952.350)**	**(2.052.371)**

e Créditos baixados como prejuízo

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresentem atraso superior a esse prazo, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não figurando mais no balanço patrimonial.

Em 30 de junho de 2015, os créditos baixados como prejuízo montam R$ 10.399.451 (R$ 7.694.850 em 2014), que em sua maioria encontram-se em processo de cobrança judicial, registrados em conta de compensação. No primeiro semestre de 2015, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 360.664 (R$ 316.631 em 2014), registrados em outros ingressos operacionais no exercício da recuperação (nota 14).

7 Outros créditos

	2014			2013		
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Total**
Rendas a receber	230.394	-	230.394	168.518	-	168.518
Títulos e créditos a receber	61.982	-	61.982	6.471	-	6.471
Impostos e contribuições a compensar	2.542	-	2.542	2.542	-	2.542
Diversos	223.522	-	223.522	173.853	-	173.853
Devedores por depósitos em garantia (nota 14 (ii))	-	5.014.121	5.014.121	-	3.848.214	3.848.214
	518.440	**5.014.121**	**5.532.561**	**351.384**	**3.848.214**	**4.199.598**

8 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2015	2014
SICOOB São Paulo	2.815.214	1.891.988
BANCOOB	49.128	35.991
	2.864.342	**1.927.979**

No primeiro semestre de 2015, a Cooperativa aumentou seu capital social na SICOOB São Paulo em R$ 45.874 (R$ 228.104 em 2014). A Cooperativa também aumentou seu capital social no BANCOOB no exercício em R$ 6.630 (R$ 3.026 em 2014).

9 Imobilizado de uso

a Composição do saldo

	Taxa			2015	2014
Descrição	anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	4%	599.911	(81.988)	517.923	541.921
Instalações	10%	417.950	(128.701)	289.249	322.237
Móveis e equipamentos de uso	10%	185.437	(74.126)	111.311	456.713
Sistema de processamento de dados	20%	512.284	(167.522)	344.762	556.450
Sistema de segurança	10%	1.436.798	(768.971)	667.827	336.773
Sistema de transporte	20%	561.071	(162.810)	398.261	6.910
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% e 20%	44.147	(8.339)	35.808	590
		3.757.598	**(1.392.457)**	**2.365.141**	**2.221.594**

b Movimentação do imobilizado

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2015	**3.631.708**	**(1.184.373)**	**2.447.335**
Adições	125.890	(208.084)	(82.194)
Saldos em 30 de junho de 2015	**3.757.598**	**(1.392.457)**	**2.365.141**
Saldos em 1º de janeiro de 2014	**2.992.180**	**(877.791)**	**2.114.389**
Adições	283.378	(176.173)	107.205
Saldos em 30 de junho de 2014	**3.275.558**	**(1.053.964)**	**2.221.594**

10 Intangível

	Taxa			2015	2014
Descrição	**anual de amortização**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Líquido**	**Líquido**
Gastos com aquisição de desenvolvimento de logiciais (Softwares)	20%	**855.563**	**(536.018)**	**319.545**	**392.235**

11 Depósitos

a Composição do saldo

Descrição	2015	2014
Depósitos à vista	19.995.899	14.039.549
Depósitos sob aviso **(i)**	686.512	1.316.851
Depósitos a prazo **(i)**	96.448.612	103.234.546
	117.131.023	**118.590.946**

(i) Os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base no CDI. Os depósitos a prazo podem ser contratados em prazo de vencimento variados. Conforme Resolução CMN nº 3.454/2007, a modalidade de depósito sob aviso pode ser mantida até o seu resgate total, sendo vedada nova contratação após 31 de dezembro de 2007. No primeiro semestre de 2015, foram registrados no resultado em dispêndios de operações de captação no mercado, o montante de R$ 5.344.322 (R$ 3.873.589 em 2014).

Os depósitos estão garantidos, até o limite de R$ 250 mil por CPF/CNPJ, pelo FGCoop (Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito). Fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade , conforme seu estatuto: I - proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu Regulamento; II - contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC); e III - contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista. O Estatuto e o Regulamento do Fundo teve aprovação do BACEN através da Resolução CMN nº 4.284/2013.

12 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Tratam-se de Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são títulos emitidos pela Cooperativa, com a finalidade de captação de recursos para participantes da cadeia do agronegócio. Criados pela Lei nº 11.076, esses papéis tem como um de seus atrativos o fato de que os investidores pessoas físicas têm seus rendimentos isentos de imposto de renda, e a partir de 23 de maio de 2013, as LCAs são cobertas pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

13 Obrigações por empréstimos e repasses

a Composição do saldo

			2015			2014		
Finalidade	**Encargos financeiros**	**Vencimento final**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Pronaf	De 1,5% a 5,5% a. a.	21/12/2015	563.668	-	563.668	698.582	-	698.582
Poupança	5,50% a. a.	18/03/2020	1.088.863	1.771.522	2.860.385	14.712.650	360.103	15.072.753
Pronamp	4,5% a.a	10/06/2016	3.474.133	-	3.474.133	404.902	-	404.902
Recursos obrigatórios	5,50% a. a.	21/05/2019	13.907.304	782.613	14.689.917	19.727.361	969.144	20.696.505
Recursos Próprios livres	5,50% a. a.	03/04/2017	17.154.859	371.642	17.526.501	43.189	522.050	565.239
			36.188.827	**2.925.777**	**39.114.604**	**35.586.684**	**1.851.297**	**37.437.981**

Essas operações são captadas junto ao sistema cooperativo, com garantias de notas promissórias, avais e penhores cedulares.

b Composição do não circulante por ano de vencimento

Descrição	2015	2014
2017	1.557.649	882.153
2018	271.433	-
2019	740.850	969.144
2020	355.845	-
	2.925.777	**1.851.297**

14 Outras obrigações

	2015			2014		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	28.993	-	28.993	57.625	-	57.625
Sociais e estatutárias:						
Fundo de assistência técnica, educacional e social **(i)**	718.172	-	718.172	769.549	-	769.549
Gratificações e participações a pagar	492.543	-	492.543	216.915	-	216.915
Cotas de capital a pagar	129.255	-	129.255	91.694	-	91.694
	1.339.970	-	1.339.970	1.078.158	-	1.078.158
Fiscais e previdenciárias:						
Impostos e contribuições a recolher	299.150	-	299.150	187.779	-	187.779
Diversas:						
Cheques administrativos	350.000	-	350.000	1.199.214	-	1.199.214
Provisão para pagamentos a efetuar	1.072.858	-	1.072.858	781.774	-	781.774
Provisão para passivos contingentes **(ii)**	-	5.701.320	5.701.320	-	3.746.146	3.746.146
Credores diversos – País	945.392	-	945.392	1.224.520	-	1.224.520
	2.368.250	5.701.320	8.069.570	3.205.508	3.746.146	6.951.654
	4.036.921	**5.701.320**	**9.738.240**	**4.529.070**	**3.746.146**	**8.275.216**

(i) O FATES tem sua formação, classificação e utilização conforme a Lei do Cooperativismo e normas do BACEN (nota 15b).

(ii) Foram constituídas provisões nos respectivos montante sem 30 de junho de 2015 e de 2014, para fazer face a eventuais perdas que possam advir em função de interpretações polêmicas a respeito da tributação pela Receita Federal em sociedades cooperativas e também discussões trabalhistas. Ainda, A Administração da Cooperativa constituiu provisão adicional para fazer face a possíveis perdas com essas ações em andamento. Existem depósitos judiciais naquelas datas, suportando as demandas em andamento, registrados em outros créditos no realizável a longo prazo. Atualmente, a discussão tributária aguarda o exame do Tribunal Regional Federal. Existem depósitos judiciais naquelas datas, suportando as demandas em andamento, registrados em outros créditos no realizável a longo prazo.

A composição da provisão para passivos contingentes e dos depósitos em garantia é a seguinte:

	2015		2014	
Descrição	**Provisão**	**Devedores por depósitos em garantias**	**Provisão**	**Devedores por depósitos em garantias**
COFINS	287.143	287.143	272.284	272.284
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras	4.711.532	4.711.532	3.473.862	3.461.862
Cível **(i)**	-	15.446	-	114.068
Trabalhistas	416.645	-	-	-
Provisão para contingências	286.000	-	-	-
	5.701.320	**5.014.121**	**3.746.146**	**3.848.214**

(i) Refere-se a depósito judicial de causa cível, cujo ganho foi emda Cooperativa, que aguarda a liberação do depósito.

Os impostos e as contribuições apurados e recolhidos pela Cooperativa, bem como, as respectivas declarações acessórias, os registros fiscais e societários, estão sujeitos a exames por parte das autoridades fiscais durante os prazos prescricionais variados, conforme legislação aplicável em cada circunstância.

15 Patrimônio líquido

a Capital social

É representado pelas integralizações de 8.769 cooperados em 30 de junho de 2015 e 7.685 cooperados em 30 de junho de 2014. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes. Ainda, o capital social integralizado pode ser remunerado por juros limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), a critério da Diretoria Executiva, caso haja sobra no exercício. No primeiro semestre de 2015, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R$ 554.639 (R$ 1.425.469 em 2014), com recursos provenientes de seus cooperados, e também ocorreram baixas no mesmo período, no montante de R$ 786.082 (R$ 667.188 em 2014), proveniente de cooperados desligados. O capital social é de R$ 20.069.831 e de R$ 16.562.325 em 30 de junho de 2015 e de 2014, respectivamente.

b Destinações estatutárias e legais

Sobre as sobras líquidas apuradas no exercício, destinam-se:

- 30% para a Reserva legal destinado para reparar perdas eventuais e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: destinado para prestar assistência e educação a seus cooperados e empregados, que podem ser executados mediante convênio com as entidades públicas ou privadas. Atendendo à instrução do BACEN, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em dispêndios para o qual se destina, conforme a Lei 5.764/1971 (Lei do Cooperativismo) (nota 13); e
- 1% para o Fundo de investimento social: cuja essência é promover ações de natureza social, educacional e cultural, bem como ações relativas à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Além das destinações estatutárias acima, o Estatuto Social e Lei 5.764/1971, prevê que os resultados das operações com não cooperados, rendas não operacionais, auxílios ou doações sem destinação específicas serão levados à conta do FATES e contabilizados separadamente, de forma a permitir cálculo para incidência de tributos. As perdas apuradas no exercício serão cobertas pela reserva legal e, se insuficientes, mediante rateio entre os associados, considerando as operações realizadas ou mantidas na Cooperativa, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral. As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral Ordinária, que deliberará: pelo rateio entre os associados, proporcionalmente às operações realizadas com a Cooperativa; pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes; pela manutenção na conta “sobras/ perdas acumuladas; ou pela incorporação ao capital do associado, observada a proporcionalidade referida no Estatuto Social.

c Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o Estatuto Social, normas do BACEN e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de março de 2015, foi aprovada por unanimidade a destinação das sobras líquidas remanecente de 2014, no montante de R$ 3.461.313, sendo R$ 2.769.050 incorporado ao capital social dos cooperados e R$ 692.263 distribuídos aos cooperados.

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 22 de março de 2014, aprovou por unanimidade a destinação das sobras líquidas remanescentes de 2013, no montante de R$ 1.167.286, sendo R$ 700.371 incorporado à reserva legal, R$ 233.457 para capital social dos cooperados e R$ 233.458 distribuídos aos cooperados.

As destinações aos cooperados, teve por critério que levou em consideração a usufruição dos serviços da Cooperativa.

16 Outros dispêndios administrativos

Descrição	2015	2014
Despesas de água energia e gás	(105.190)	(64.896)
Despesas de aluguéis	(369.032)	(322.155)
Despesas de comunicações	(423.464)	(308.564)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(130.000)	(149.238)
Despesas de material	(44.203)	(40.674)
Despesas de processamento de dados	(37.593)	(48.023)
Despesas de propaganda e publicidade	(162.248)	(95.191)
Despesas de seguros	(70.391)	(58.449)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(707.870)	(532.134)
Despesas de serviços de terceiros	(119.974)	(137.309)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(187.521)	(193.082)
Despesas de serviços técnicos especializados	(182.071)	(73.582)
Despesas de transporte	(200.781)	(28.060)
Despesas tributárias	(22.289)	(25.172)
Despesas de viagem no país	(126.063)	(107.588)
Depreciações e amortizações	(276.554)	(252.609)
Outras despesas administrativas	(547.896)	(437.019)
	(3.713.140)	**(2.873.745)**

17 Outros dispêndios operacionais

Descrição	2015	2014
Dispêndios de impostos e contribuições	(28.398)	(25.263)
Outros dispêndios operacionais	(252.996)	(308.730)
	(281.394)	**(333.993)**

18 Outros ingressos operacionais

Descrição	**2015**	**2014**
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (nota 6e)	360.064	316.631
Outros ingressos	367.277	187.164
Reversão de provisão para operações de crédito (nota 6g)	-	1.602.801
Recuperação de encargos e despesas	57	1.281
	727.398	**505.076**

19 Coobrigações e riscos em garantias prestadas

A Cooperativa é avalista de seus cooperados em transações que montam R$ 10.259 e de R$ 27.087 em 30 de junho de 2015 e de 2014, respectivamente, registradas em contas de compensação.

20 Seguros contratados

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados no balanço patrimonial por valores contábeis, os quais são iguais ou que se aproximam dos seus valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas, com destaque para as disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista, sob aviso e a prazo e empréstimos e repasses.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres.

22 Partes relacionadas

As operações com as partes relacionadas que incluem o pessoal-chave da Administração, como Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, estão assim apresentadas:

	2015		2014	
Descrição	**Operações de crédito**	**%**	**Operações de crédito**	**%**
Diretoria Executiva e Conselho da Administração	2.798.100	2,40%	1.217.590	1,06%
Conselho Fiscal	644.807	0,55%	822.927	0,72%

Descrição	**Depósitos**	**%**	**Depósitos**	**%**
Diretoria Executiva e Conselho da Administração	4.059.260	3,47%	4.073.568	3,56%
Conselho Fiscal	788.352	0,67%	342.168	0,30%

Descrição	**Capital social**	**% sobre o total do capital**	**Capital social**	**% sobre o total do capital**
Diretoria Executiva e Conselho da Administração	611.506	3,05%	364.371	2,2%
Conselho Fiscal	211.877	1,06%	176.642	1,07%

Descrição	**Remuneração**	**Recebidos no exercício 2015**	**Recebidos no exercício 2014**
Diretoria Executiva e Conselho de Administração	Honorários	267.034	257.245
Conselho Fiscal	Cédula de presença	28.300	28.200

As operações de crédito, depósitos são realizados em condições normais de mercado. As remunerações são deliberadas e aprovadas em Assembleia Geral Ordinária.

23 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB São Paulo

O SICOOB São Paulo representa suas associadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

a Atribuições estatutárias

A SICOOB São Paulo tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares filiadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos estatutários.

b Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB São Paulo nos exercícios:

Descrição	2015	2014
Ativo circulante		
Títulos e valores mobiliários (nota 4)	64.697.958	63.194.793
Relações interfinanceiras (nota 5)	16.351.579	7.430.253
Ativo não circulante		
Permanente		
Investimentos (nota 8)	2.815.214	1.891.988

As operações financeiras são realizadas em condições normais de mercado e regulamentações internas do sistema.

24 Gerenciamento dos riscos

a Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na resolução CMN nº 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. (SICOOB Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O processo de gerenciamento do risco operacional do SICOOB consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC) tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir)

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB Confederação.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade do SICOOB, sob a supervisão da respectiva entidade auditora (se cooperativa singular, da cooperativa central; se cooperativa central e BANCOOB, do SICOOB Confederação).

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controle Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b Risco de mercado e de liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução nº 3.464/2007.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009 a Cooperativa, aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação *(trading)* e não negociação *(banking)*, de mensuração do risco de mercado, de estabelecimentode limites de risco de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco *(backtesting).*

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Cooperativa.

c Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S/A (BANCOOB), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da Cooperativa.

d Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital de a Cooperativa objetiva garantir a aderência à normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a Cooperativa está exposta, por meio de boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda (SICOOB Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB;
c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

Hugo Ferraz da Silveira
Diretor Presidente

Renato Huber
Vice Presidente

Carlos Alberto Cezário
Diretor Administrativo Financeiro

Ari Rosa do Nascimento
Diretor Operacional

Marta Aparecida de Sousa Gomes
Contadora – CRC: 1SP207558/O-9

Eduardo Aparecido Ferreira
Gerente Administrativo

*** fim ***